

Saúde corta pagamento de AIHs cobradas por 1.300 hospitais

18 FEV 1995

ISABEL DE PAULA

● GLOBO

BRASÍLIA — O Ministério da Saúde cortou pela metade o pagamento de serviços prestados por 1.300 hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS), que internaram mais do que 0,8% da população de seu município em dezembro. Os hospitais, localizados em municípios com menos de 30 mil habitantes, foram punidos porque desobedeceram ao teto determinado pelo ministro Adib Jatene de só internar o correspondente a 10% de seus habitantes por ano. O maior abuso das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) ocorreu em São Paulo, onde 250 municípios sofreram corte de verbas. No Rio de Janeiro, 20 municípios tiveram recursos retidos pelo Governo, entre eles Paracambi, Carmo e Bom Jesus de Itabapoana.

Segundo o secretário nacional de Assistência à Saúde, Eduardo Levcovitz, o Ministério economizou R\$ 22 milhões com a retenção de recursos. Com o corte, a despesa do Governo com os 6.600 hospitais conveniados ao SUS caiu para R\$ 243 milhões em dezembro. Levcovitz disse que apenas os municípios que comprovarem a necessidade do uso de AIHs acima do limite terão direito ao ressarcimento do dinheiro.

Neste caso, estão incluídos municípios que prestam serviços especializados e de referência em determinada região, além dos que atendem à população de cidades vizinhas.

— A partir de março, o teto das internações por município será reduzido para 9,6% da população ao ano, e, em maio, cairá para 9%. O Ministério não vai pagar a quem não se adequar — disse Levcovitz.

A AIH é o principal instrumento usado pelos hospitais para fraudar o SUS. Há casos de hospitais que cobram procedimentos mais caros do que os efetuados ou internam e reinternam pacientes para faturar mais. Segundo Levcovitz, muitos hospitais estão recebendo lotes inteiros de AIHs sem que as secretarias estaduais ou municipais tenham qualquer controle sobre a emissão das guias.

Para diminuir as fraudes, o Ministério passará a exigir uma programação de internações, consultas e exames realizados pelos municípios. Segundo Levcovitz, uma média considerada razoável pelo Governo é a realização de duas consultas por habitante ao ano. O Ministério vai avaliar também o atendimento prestado pelos hospitais, colhendo informações dos óbitos registrados em cartório, das notificações dos casos de infecção hospitalar e de doenças infecciosas.

Roberto Stuckert



O secretário Levcovitz: 'O Ministério não vai pagar a quem não se adequar'